

Ensaio sobre a construção do conhecimento em Serviço Social

“Problematização dos espaços de conhecimento e acção do Serviço Social”[®]

Maria Irene Lopes B. de Carvalho[®]

Resumo

Este ensaio permite demonstrar como a construção, o desenvolvimento e a consolidação do conhecimento em Serviço Social se inscreve na dinâmica da sociedade moderna, associado a três elementos fundamentais: a intervenção do estado, a racionalização do conhecimento, os movimentos sociais, designadamente o movimento feminino. A pluralidade e a cumulatividade são hoje as características fundamentais do conhecimento em Serviço Social.

Introdução à questão

“A prática é sempre subestimada e sub analisada, ao passo que, para a compreender é necessária muita competência teórica, muito mais, paradoxalmente, do que para compreender uma teoria”.

Pierre Bourdieu (2004: 60)

O pensamento de Bourdieu orienta a construção e o desenvolvimento deste ensaio. O autor questiona-se sobre a existência de uma teoria adequada à prática. Isto é, será que a teoria tal, como hoje a conhecemos, permite obter um

[®] Ensaio elaborado no âmbito da cadeira “Desenvolvimento do pensamento e da teoria em Serviço Social” ministrada pela Prof^ª. Doutora Marília Andrade e Prof^ª. Doutora Alcina Martins, no 1º programa de Doutoramento em Serviço Social, ISSSL e ISCTE, Lisboa, 2004/2005 (Fevereiro de 2005).

[®] Assistente Social, licenciada em Serviço Social pelo ISSSL; Especialista em Ciências da Educação: DUECE, pela FPCE da Universidade de Lisboa; pós-graduada em Família e Sociedade pelo ISCTE; Mestre em Serviço Social pelo ISSSL. E-mail: marialopescarvalho@sapo.pt

verdadeiro conhecimento da prática? Tendo presente que o Serviço Social é uma formação na área das ciências sociais e humanas para a intervenção social (não surgiu para produzir conhecimento, no sentido clássico do termo¹), então como pode o Serviço Social produzir conhecimento a partir do seu campo de acção? Giddens (2004) considera que para conhecer o objecto é necessário distanciarmo-nos dele. Como distanciarmo-nos da realidade onde intervimos? Basta ter “muita” competência teórica? Ou quer dizer que para construir uma teoria da prática é necessário ter competência teórica e analítica, capacidade de distanciamento do objecto, mas simultaneamente, como diz Guerra (2002), capacidade de mergulhar nele, com capacidade dialógica, comunicativa e reflexiva?

Este ensaio pretende analisar o conhecimento em Serviço Social inscrito na sociedade moderna, problematizando-o a partir dos vários elementos que o compõem, como os valores, as práticas e os praticantes, teorias, ideias, instituições com determinadas funções sociais, percepção comunitária, status e cultura. Reportamo-nos aos diferentes contextos onde opera, alguns mesmo contraditórios entre si, incluindo as possibilidades conservadoras e progressistas inscritas nas agendas políticas (cf. Fook, 2003). Para efectuar esta problematização seleccionaram-se três elementos fundamentais: a intervenção do estado, o conhecimento das ciências sociais e os movimentos sociais, com especial ênfase no movimento das mulheres. Estes elementos estão inscritos no que denomino de “espaço de construção”, “espaço de desenvolvimento” e “espaço de consolidação” do conhecimento e acção do Serviço Social.

Organizar o conhecimento a partir de espaços/tempo significa que o conhecimento e a acção do Serviço Social se inscrevem num contexto societal mais amplo de descontextualizações e recontextualizações das formas sociais, das práticas sociais, das sociedades tradicionais para as sociedades pós-tradicionais ou modernas (cf. Giddens, 1997; 2000). Este processo de transformação, construção e reflexão ou, como diz o autor, de emergência de uma sociedade pós-tradicional, exige «uma interconexão extraordinária entre as decisões quotidianas e as consequências globais e o seu inverso, a influência das ordens globais sobre a vida individual» e, conseqüentemente, dizemos nós, sobre o conhecimento e a acção do Serviço Social, existindo assim uma

interconexão entre a acção humana e a estrutura social, as normas, os princípios e os valores, entre a ciência e a praxis (Giddens, 2000: 55).

O primeiro espaço/tempo do conhecimento e da acção do Serviço Social inscrito neste ensaio situa-se historicamente na última metade do séc. XIX até à década de vinte do século seguinte, num período de capitalismo liberal, de emergência de formas de intervenção do Estado nas esferas económica e social e de emergência do “social” como objecto de estudo, de movimentos sociais, com destaque para o movimento feminino. A construção do conhecimento do Serviço Social neste contexto será analisada como “acção voluntária autónoma”.

O segundo espaço/tempo do conhecimento e da acção do Serviço Social situa-se entre a década de trinta e a de sessenta do século XX. Este espaço inscreve-se no período do capitalismo organizado, onde os sujeitos emergem como actores principais da acção colectiva num contexto de racionalização e especialização técnico-científica. Inscreve-se neste espaço a construção do Estado providência; a consolidação do saber das ciências sociais e a emergência de movimentos sociais que reivindicavam o direito à diferença e a ser diferente. O desenvolvimento do conhecimento do Serviço Social será aqui analisado como “acção individualizada e tecnicista”.

O terceiro espaço/tempo do conhecimento e da acção em Serviço Social reporta-se desde a década de 70 até à actualidade, caracterizado por um período de capitalismo desorganizado, decorrente das mudanças dos modelos reguladores da vida social. Este espaço está associado ao conhecimento plural da vida social, onde as acções dos indivíduos são entendidas, não como determinadas pela sociedade, mas decorrentes da dialéctica entre pensamento, racionalidade e acção subjectiva. Inscrevem-se neste espaço o repensar do Estado providência e do paradigma científico dominante, assim como a consolidação de direitos de grupos culturalmente diferentes. A consolidação do conhecimento do Serviço Social será analisada como uma “acção pluralista e tendencialmente cumulativa”. Apresenta-se no quadro seguinte o esquema síntese do ensaio.

Quadro I – Espaços de conhecimento e de acção do Serviço Social

Elementos constitutivos do espaço	I Espaço de construção do conhecimento e da acção do Serviço Social (Fins séc. XIX até déc. de 20)	II Espaço de desenvolvimento do conhecimento e acção do Serviço Social (déc. 30 até déc. de 60)	III Espaço de consolidação do conhecimento e acção do Serviço Social (déc. de 70 até à actualidade)
Sociedade Contemporânea	Modernidade		Modernidade tardia
	Sociedade tradicional	Sociedade pós tradicional	Sociedade de risco
Estado interventor	- Emergência do estado interventor na área social	- Construção do estado interventor: estado providência	- Repensar o estado: novas formas de intervenção: <i>welfare mix</i>
Conhecimento racional	- Emergência do social como objecto de estudo	- Consolidação do saber das ciências sociais e humanas: uma só cultura	- Repensar o paradigma dominante: novas formas de conhecer o social: diferentes culturas
Movimentos sociais	- Movimento das mulheres (feminismo de 1ª vaga)	- Movimentos sociais: mulheres, jovens, negros	- Consolidação dos direitos dos grupos culturalmente diferentes
Conhecimento do Serviço Social	“Acção voluntária autónoma” (princípios e valores morais, vocação)	“Acção individualizada e tecnicista” (case, group e community group)	“Acção pluralista e tendencialmente cumulativa” Planeamento: <i>ex ante</i> (diagnóstico) <i>on going</i> (planeamento e execução da acção) e <i>ex post</i> (avaliação) Serviço Social radical Serviço social crítico

Fonte: esquema elaborado para a organização do presente ensaio a partir da bibliografia consultada

«Um (verdadeiro) revolucionário em matéria de ciência é alguém que possui um grande domínio da tradição (e não alguém que faz tábua rasa do passado ou que simplesmente o ignora)».

Bourdieu (2004: 31)

I – Espaço de construção do conhecimento do Serviço Social: “acção voluntária autónoma”

O primeiro espaço de análise, como já referimos, situa-se no final do séc. XIX e início do séc. XX e caracteriza-se por um período de transição conturbado dos princípios e valores da sociedade tradicional para a sociedade pós-tradicional. Giddens (2000) identifica a sociedade tradicional como um espaço onde todas as actividades eram predestinadas, a vida social organizava-se em torno de preceitos “ontológicos”. Na sociedade tradicional, os sujeitos eram relativamente passivos, o horizonte da sua acção era fixo, a vida social estava organizada por status social, onde se incluía o sexo e a idade. Por isso, o modo de vida da sociedade tradicional «providenciava uma base de apoio para a confiança básica, central para a continuidade da identidade (...). A tradição está ligada à autoridade e tem um duplo sentido, [significa] a autoridade que um indivíduo ou grupo tem sobre os outros e a capacidade de ditar ordens como pontos de referência do conhecimento» (Giddens, 2000: 78-79). Os princípios e valores morais organizavam a sociedade tradicional, na qual a comunidade, a solidariedade e a identidade tinham subjacente o dever moral orientador da acção dos indivíduos. A moral determinava “o que devo fazer” ou “o que é preciso fazer”. A moral era a «da ordem do dever» inscrito num espaço-tempo ontológico (Besson e Guay, 2000: 48).

A pertinência desta discussão sobre os princípios e valores que organizavam a vida social na sociedade tradicional decorre da análise de Giddens (2000). O autor considera não existir uma ruptura abrupta da sociedade tradicional para a sociedade pós-tradicional ou moderna, porque o passado não pode ser simplesmente suprimido, mas sim reconstruído no presente. Existe um processo de reconstrução societal a partir do adquirido, denominada de memória colectiva. Tomar a sociedade moderna como um facto social seria não entender todo o processo sócio-histórico e civilizacional de construção e reconstrução da sociedade, como se o passado não tivesse implicação no presente e no futuro.

Poderemos também associar esta análise societal à construção do conhecimento do Serviço Social na modernidade como um processo de

construção e reconstrução social a partir dos valores, práticas e representações inscritas neste contexto sócio-histórico e político. A modernidade pode ser caracterizada por «um aumento da diferenciação social que exige novas formas de regulação funcional de coordenação das relações entre as estruturas sociais e os indivíduos» (Mozzicafreddo, 2000: 4).

Estas mudanças na organização da sociedade transformaram a vida social e dos grupos sociais, naquilo que se denominou de a questão social. A questão social representa o «conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista “madura” e tem uma raiz comum: o facto de a produção social ser cada vez mais colectiva, tornando o trabalho amplamente social, enquanto que a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por parte da sociedade» (Iamamoto, 2001: 27). A questão social refere-se, numa outra perspectiva teórica, às alterações das estruturas e dinâmicas organizativas da sociedade. Estas alterações revelaram, contudo, situações de desigualdade social entre os indivíduos, os grupos e as organizações, surgindo “novas necessidades sociais”, às quais a sociedade não estava apta a responder. A estas novas realidades associa-se, como elementos fundamentais deste espaço, a emergência do estado como interventor na área social, os estudos sobre a questão social, assim como os movimentos das mulheres, denominados de feminismo da primeira vaga, que serão, de seguida, analisados enquanto elementos determinantes da construção do conhecimento do Serviço Social.

O primeiro elemento deste espaço-tempo do conhecimento e da acção do serviço social refere-se à intervenção do estado na área social. O estado iniciou, de modo organizado, um posicionamento interventor junto dos grupos que manifestavam comportamentos de “risco”, designadamente indivíduos operários e pobres. As “questões sociais” resultantes da revolução industrial revelavam-se um perigo destabilizador da ordem social vigente. Teóricos², políticos, filantropos, cientistas e os movimentos de cariz religioso³ debruçaram-se sobre a questão social, definindo formas de intervenção do estado ou da sociedade civil organizada junto desses indivíduos e grupos.

Foi neste quadro de conflito e negociação, implícito no contrato social, que emergiram, no séc. XIX, as primeiras medidas de política social na Alemanha e Inglaterra. No primeiro, identificam-se as medidas adoptadas por Bismarck, como os seguros sociais obrigatórios. No segundo, introduziu-se uma

perspectiva interventiva do Estado denominada de “*Fabian Society*”. Esta, segundo Alcock (2003: 4), desenvolveu uma análise económica e social dos problemas do capitalismo britânico, introduzindo a ideia de protecção estatal para fazer face a esses problemas. Em Inglaterra, dada a diferença de perspectivas, foi criada, em 1905, uma comissão para rever as “*poor laws*”. Os comissários provenientes de várias ideologias apresentaram dois relatórios denominados de “*Minority Report*” e “*Majority Report*”. O primeiro refere-se à perspectiva Fabiana, defensora da intervenção pública e da criação de serviços estatais. Esta baseava-se na ideologia socialista colectivista, que advogava a intervenção do Estado na esfera económico-social, providenciando formas de suporte social. Em oposição a esta corrente encontravam-se os defensores da não intervenção do estado na esfera pública, que elaboraram o “*Majority Report*” pugnando pela ideia do voluntariado e da filantropia como actividade principal para combater a pobreza, cuja base eram as COS⁴ (cf. Alcock, 2003: 4). Estas ideias dicotómicas construídas no final do séc. XIX iniciaram o debate sobre a provisão do bem-estar público e privado, que atravessou todo o séc. XX.

O segundo elemento constitutivo deste espaço reporta-se à emergência do “social” como campo de estudo. Wallerstein (1996) explica o processo de construção do conhecimento nas ciências sociais, a sua autonomização a partir da adopção de objectos de estudos e metodologias próprias. Um dos aspectos mais importantes para a consolidação do conhecimento foi a inclusão das ciências sociais nas universidades, constituindo-as enquanto cátedras autónomas. Esta mudança possibilitou a construção de um saber validado através da investigação divulgada através de publicações específicas. Foi desta forma que as ciências sociais, como a sociologia e a economia, entre outras, se distanciaram da filosofia e das ciências naturais.

Mas a análise das “questões” nunca foi consensual nem unívoca por parte das ciências sociais, mas sim plural e diversificada⁵. O autor identifica duas perspectivas que dominaram o debate e o conhecimento das ciências sociais na sociedade moderna: uma visão mais positivista, ligada às ciências naturais, revelando um determinismo das asserções e teorias, e outra, uma visão mais accionista/colectivista. A primeira explica os fenómenos sociais em termos de causa e efeito, servindo sobretudo os interesses instituídos, generalizando as explicações e normalizando e organizando a vida social. A segunda, com

explicações mais subjectivas e complexas, analisava e explicava os fenómenos, particularizando-os através da análise das práticas e das representações dos diferentes grupos em estudo. Destas duas perspectivas, a primeira dominou o conhecimento científico no século XX (cf. Wallerstein, 1996).

Os estudos, neste contexto sócio-histórico, tinham como objectivo principal «observar os efeitos da revolução industrial, a degradação de vida dos trabalhadores confrontados com uma nova organização do trabalho nas fábricas, o processo tecnológico, o isolamento dos indivíduos em centros urbanos» que ameaçavam o modo de vida burguês, avançando propostas de intervenção nas famílias pobres (Nisbet, 1984, citado por Cicchelli-Pugeault, 1998: 5). Esta intervenção de base médica, social e higienista era legitimada pelos poderes públicos e incidia na esfera familiar, sobretudo nos elementos femininos das famílias e nas crianças⁶. Pretendia-se, deste modo, regular a acção dos indivíduos pobres, designadamente as relações entre os sexos, as gerações – respeito dos filhos pelos pais, e também as relações de classes, surgindo como resposta a educação social.

As acções visavam a adopção de modelos de comportamento socialmente aceites (classe burguesa) e remetiam, quer para o estado quer para as organizações da sociedade civil, a responsabilidade de escolarização, de educação, de solidariedade e de protecção (cf. Cicchelli-Pugeault, 1998). Era necessário moralizar os pobres, socializando-os nos valores burgueses, criando dispositivos de regulação, como a escola e a intervenção no seio da família, através da educação social moralizadora.

Foi neste contexto sócio-histórico que surgiram as primeiras escolas de Serviço Social⁷. A institucionalização destas escolas resulta da emergência de uma série de mudanças sociais, da “denúncia” e do estudo das condições sociais de desigualdade, mas também do conhecimento adquirido sobre os problemas sociais que revelavam a necessidade de formação específica para intervir na realidade social.

O terceiro elemento determinante na construção do conhecimento do Serviço Social foi o movimento de mulheres⁸. O movimento feminista⁹ reivindicava tanto direitos cívicos como políticos e sociais. Neste período, existiam dois tipos de movimentos feministas: um, identificado com as mulheres das classes burguesas que lutavam pelos direitos cívicos e políticos, e outro,

identificado com as classes trabalhadoras, que lutavam por um sindicato que as protegesse nas relações salariais e do trabalho, isto é, que lutasse por direitos sociais. Amâncio (1998:84) refere-se a este movimento identificando a perspectiva francófona mais reivindicativa da igualdade de direitos sociais e a «perspectiva anglo-saxónica mais centrada nos direitos individuais consubstanciados nos direitos civis e políticos».

No contexto do movimento anglo-saxónico, surgiram organizações voluntárias, construídas e geridas por mulheres com consciência cívica e política, como as *Hull houses* (EUA) e os *Settlements* (Inglaterra). Mas também em França aparecem as primeiras “*Maisons Sociales*” à imagem dos *Settlements*, criadas por algumas pioneiras feministas católicas progressistas (Garnier, 1999: 26). Estas organizações de mulheres, para as mulheres e indivíduos das classes sociais mais baixas, tinham como objectivo a defesa dos “direitos” dos trabalhadores, possibilitando também o estudo do seu modo de vida¹⁰, o que permitia intervir no sentido da satisfação das necessidades básicas.

Podemos então, a partir dos elementos constitutivos deste espaço, definir o conhecimento do Serviço Social enquanto “acção voluntária autónoma”. Esta acção está associada à solidariedade de comunhão e de partilha decorrente “das boas acções” dos grupos com maior *status* social dirigidas aos grupos de menor *status* social. Neste caso, e reportando-nos ao que dissemos atrás relativamente à organização da sociedade tradicional e pós-tradicional, este tipo de solidariedade era também de dominação, de regulação de um grupo em relação a outro, mantendo a ordem tradicional. Nesta perspectiva, a sua acção incidia junto dos indivíduos pobres e não sobre o fenómeno da pobreza.

Esta acção solidária consubstanciava-se num modelo filantrópico e de iniciativa privada, da qual decorrem duas posições antagónicas implícitas na acção do Serviço Social. Uma, associada à interpretação dos problemas como questões morais e individuais, premiando ou valorizando os indivíduos que modificassem os seus valores e atitudes (cf. Van Den Hoven, 2000). Estas acções estavam associadas ao dever da ordem moral, onde se inscrevia a “acção do Serviço Social”¹¹, associada à “ajuda ao próximo”, incluída nos valores humanistas da caridade e da filantropia. A outra perspectiva estava associada às acções das *Hull houses* (EUA) e dos *Settlements*. Estas recusavam

a propaganda religiosa, criticando mesmo essas organizações e a tendência para transformar as acções de “reorganização social” em religião. A sua acção pautava-se pela integração e aceitação nos movimentos, identificando-se com as “massas” para agir sobre elas (cf. Garnier, 1999: 26).

Estas organizações de cariz laico assumiam uma visão crítica em relação às organizações religiosas, moralistas e moralizadoras. Fook (2003: 4) identifica a génese do Serviço Social crítico em Jane Addams, fundadora das *Hull Houses* nos EUA. Nas *Hull Houses* foi iniciada uma metodologia do Serviço Social que aliava a análise das situações dos indivíduos às condições sociais de existência humana, designadamente às condições sociais e económicas, introduzindo uma visão holista e contextual dos problemas sociais. Para Addams, o problema da pessoa não podia ser visto nem analisado individualmente, mas sim, como refere Hamilton`s (citado em Fook, 2003: 4), a partir da análise de “a *person-in situation*”, incluindo factores estruturais explicativos dos problemas individuais.

No início do século XX, com a generalização das escolas e a profissionalização do Serviço Social nas organizações laicas e/ou de cariz religioso, a formação e a acção do Serviço Social foi-se adequando à norma. Como refere Fook (2003), o Serviço Social foi adoptando um modelo mais masculinizado e o modelo crítico feminista foi descurado. Por exemplo, em França, em 1921, no primeiro congresso das instituições de assistência e de higiene social, os intervenientes «apelaram à filantropia, à caridade» como ideal da profissão de assistente social. O assistente social deveria ser «a mãe universal», o «anjo que aparece às famílias», deverá usar um uniforme e exercer o celibato para responder às exigências da sua vocação, sendo a sua função reservada às mulheres¹² (Garnier, 1999: 28).

É no meio de perspectivas contraditórias, do que deve ser o Serviço Social, mais moralista e/ou mais crítico, que se inscreve a “acção voluntária autónoma” neste espaço de construção do conhecimento. Neste contexto, prevaleceu um Serviço Social que era “quase uma ordem religiosa”, um postulado, que pressupunha uma intervenção junto dos indivíduos das classes sociais mais baixas, de modo a integrarem-se nas normas colectivas e nos valores predominantes, inculcados, inicialmente, pelos que possuíam poder real e simbólico. Esses indivíduos, das classes mais baixas eram reorientados pelos assistentes sociais, o que se traduzia num humanismo impregnado de

religiosidade. O Serviço Social “voluntário e autónomo” é fechado sobre si mesmo e encontra-se associado à habilidade e à sensibilidade de cada assistente social, que age como normalizador e moralizador dos costumes.

II – Espaço de desenvolvimento do conhecimento do Serviço Social: “acção instrumental e tecnicista”

O segundo espaço de conhecimento e de acção do serviço social situa-se entre a década de trinta e a década de sessenta do século XX, onde os princípios da modernidade se desenvolvem. No espaço anterior, a modernidade havia institucionalizado o princípio da dúvida radical, isto é, tinha acabado com as certezas. Neste espaço-tempo, a construção do conhecimento toma a forma de hipóteses, que podem ser verdades, mas que estão abertas à revisão, podendo ser abandonadas a qualquer momento (cf. Giddens, 1997:2).

A modernidade significa então «diferentes maneiras de racionalizar a experiência» (Conde, 1998: 80-81). Estas diferentes formas de organizar a experiência, aliadas à «descontextualização e reorganização do tempo e do espaço, radicam e globalizam os traços institucionais (...) agindo, transformando o conteúdo e a natureza da vida quotidiana» (Giddens, 1997: 2). O autor considera a modernidade¹³ como uma ordem pós-tradicional, onde a dúvida emerge como uma característica fundamental da razão crítica moderna e na qual as «circunstâncias sociais não são separáveis da vida pessoal e são, tão pouco, apenas um ambiente exterior a elas. Na luta pela resolução dos problemas, os indivíduos contribuem activamente para a reconstrução do universo de actividade social que os rodeiam» (Giddens, 1997: 11).

Neste período, consolidam-se os princípios e valores inscritos na sociedade pós-tradicional ou moderna. O contexto de construção da sociedade moderna traduz uma relativa passagem da ordem moral para uma ordem ética. No contexto da modernidade, a moral transforma-se em ética e tem um significado, não de prescrição de comportamentos, mas de reflexão sobre os mesmos. À ética interessa saber «“o que é o melhor em determinada situação” , “quais os melhores princípios, o melhor objectivo a seguir”» (Besson e Guay, 2000: 49). Ou seja, a ética não impõe normas, mas descreve e propõe, reflecte,

a partir de condições determinadas, os melhores princípios a seguir. Os princípios éticos universais foram consubstanciados, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Direitos da Criança, aprovados pelas Nações Unidas no pós-segunda guerra mundial.

Exercer a solidariedade na sociedade moderna prevê uma responsabilidade social, um compromisso, implicando a adopção de medidas a favor dos mais desfavorecidos. Esta responsabilidade social transcende a repartição de riqueza e inclui uma dimensão ética (Duvignaud, 1995: 11). Foi neste contexto ético reflexivo que foram constituídos os estados providência, assim como se consolidou o conhecimento das ciências sociais e humanas e emergiram novos movimentos sociais de jovens, de mulheres e de grupos socialmente discriminados.

O primeiro elemento deste espaço refere-se à consolidação do estado providência e à definição de um conjunto de medidas de política social tendentes a promover o bem-estar da sociedade. Significa que o estado assumiu responsabilidades pelo bem-estar da sociedade, legislando, criando serviços com o intuito de proteger os indivíduos, famílias e grupos de risco social associado ao mercado de trabalho, institucionalizando direitos sociais.

Os estados providência, construídos nos países centrais e do norte da Europa do pós-guerra, tinham como princípio fundamental que todos os «governos podiam e deviam assumir a responsabilidade de manter um mínimo decente de condições de vida para todos os cidadãos» (Mishra, 2000: 21-22). Para isso, era preciso tomar medidas e intervir em três esferas: económica, pública e social. A nível económico, era necessária «a regulação da economia de mercado, de forma a manter um nível de emprego alto e estável». A nível público importava criar uma série de serviços públicos «prestadores de serviços sociais universais: educação, segurança social, assistência médica, habitação (...) e serviços para satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos». A nível social, era necessário «criar “uma rede de segurança” de serviços de assistência, baseada numa comprovação de falta de rendimento» (ibidem).

Estas três esferas compatibilizavam pleno emprego e contribuições, dando acesso a serviços e assistência social aos cidadãos, efectivando os direitos sociais. Estes princípios do estado providência remetem para a ideia de um mínimo social, enquanto valor humano e ético, proporcionando bem-estar,

traduzido em condições de vida minimamente aceitáveis a uma determinada sociedade, e associados ao exercício e efectivação da cidadania. Neste contexto, o Estado providência é «a institucionalização da responsabilidade governamental por manter níveis mínimos nacionais» (Mishra, 2000: 33-38). Subjacente a este princípio está a ideia da universalização dos direitos como forma de eliminar a pobreza.

O estado providência estrutura-se, assim, como um «fenómeno geral da modernização, como um produto, por um lado, devido à crescente diferenciação, desenvolvimento e extensão das sociedades e, por outro lado, como um processo de mobilização social e política, de desenvolvimento institucional dos estados de direito, nas suas dimensões de universalização do sufrágio e de controlo sobre o tipo de estratificação e classes sociais, bem como na estruturação da matriz institucional que rege e regulamenta as relações sociais» (Mozzicafreddo, 2000: 5).

O segundo elemento constitutivo do espaço do conhecimento e da acção do Serviço Social refere-se à consolidação do “social” como ciência. Deste modo, o social separou-se da natureza, da filosofia e da religião. As ciências sociais perseguiram a cientifização das suas teorias e por isso adoptaram metodologias, princípios, regras e normas existentes nas ciências naturais. Wallenstein (1996: 52) refere algumas das preocupações das ciências sociais neste espaço-tempo: «o interesse em chegar a leis gerais, a prontidão em detectar os fenómenos a estudar; a necessidade de segmentar a realidade humana para poder analisá-la; o recurso a métodos científicos, como seja a construção de hipóteses e a sua verificação; a opção por provas produzidas de forma sistemática». A consolidação do conhecimento das ciências sociais situa-se, sobretudo, depois da segunda guerra mundial com a expansão do sistema universitário e a multiplicação de áreas sociais; o aumento de todas as actividades humanas, assim como a expansão da população e a mudança na estrutura político mundial, dividida em dois blocos antagónicos: o liberalismo e o comunitarismo.

Estas mudanças sociopolíticas e geográficas proporcionaram o investimento no conhecimento científico pelas grandes potências regionais, levando ao aumento e à orientação política da produção científica. Por exemplo, aos Antropólogos eram encomendados estudos das sociedades primitivas, pois

pensava-se, a partir de uma concepção Darwiniana, que, ao estudar essas sociedades, conhecer-se-ia a evolução das sociedades modernas ocidentais, assim como se poderia aplicar modelos de desenvolvimento idênticos às sociedades ocidentalizadas, no que se denominou de estudos de uma só cultura ou estudos colonizadores. Aliada a esta ideia consolida-se um logicismo fundado na matemática «que sustenta que há regras *a priori* para a avaliação científica e um código de leis imutáveis para distinguir a boa da má ciência» (Bourdieu, 2004: 13).

Na década de sessenta dá-se uma viragem na forma de construir o conhecimento. Não só porque alguns investigadores começaram a estudar o seu “objecto”, incluindo, nessa análise, categorias analíticas de outras ciências, assim como diferentes metodologias. Por exemplo, alguns historiadores, «para estudar as transformações económicas, o crescimento da população, as desigualdades, a mobilidade social, as atitudes, e o comportamento das massas, o protesto social e os padrões de votação, utilizam instrumentos usados por outras ciências, como os métodos quantitativos, conceitos analíticos como o de classe (...) modelos de transformação social, entre outros» (Wallerstein, 1999: 66). Esta análise permitiu ter uma visão mais plural do campo de estudo contrariando até algumas teorias e asserções tidas como um dado adquirido.

A universalidade e o ecletismo da ciência foram criticados pelos movimentos sociais, designadamente os estudantes universitários e, mais importante, pelos novamente activos movimentos feministas (feminismo de 2ª vaga). Estes grupos colocaram em causa o universalismo e o euro-centrismo do conhecimento, o qual estava associado a certos preconceitos teórico-metodológicos.

O terceiro elemento constitutivo do espaço do conhecimento do Serviço Social decorre do anterior e identifica os movimentos sociais como determinantes na construção do saber plural nas ciências sociais e no Serviço Social, designadamente no posicionamento crítico e mesmo radical face aos modelos instituídos. Como refere Wallerstein (1996), o movimento das mulheres foi determinante para o questionar do conhecimento das ciências sociais: criticavam o conhecimento dos homens elaborado para uma sociedade de homens.

Os *Women Studies* (estudos feitos por mulheres) pretendiam desmontar e contrariar um modelo androgínico – tipicamente masculino – totalizador, que abordava as questões femininas como desviantes, devido à sua baixa auto-estima e ausência de orientação para o sucesso. Estes estudos defendiam abordagens mais descritivas do que explicativas, numa tentativa de reeducação do género, acentuando a diferença feminina como uma mais valia e não como algo inferior. Permitiram também a criação de revistas específicas sobre o género e a discriminação de género, denunciando o tipo de presença das mulheres nas teorias e na pesquisa que era essencialmente feita por homens, as quais remetiam as mulheres para os papéis domésticos tradicionais. Este movimento contribuiu para a emancipação das mulheres e para a “luta” pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Em síntese, podemos reportar-nos ao desenvolvimento do conhecimento em Serviço Social neste espaço contraditório, entre a qualificação e a desqualificação do Serviço Social. A desqualificação reporta-se à corrente positivista que critica a pretensão do Serviço Social no sentido de se afirmar como uma profissão e uma disciplina científica, desvalorizando a prática como fonte de conhecimento. A corrente da qualificação, como nos revela Netto (1993: 85), insere a acção do Serviço Social entre a “arte e a ciência”, adoptando o “sentir e o agir” em vez do “pensar e conhecer”, a qual denomino, neste ensaio, de “acção individualizada e tecnicista”.

Neste espaço-tempo, a acção do Serviço Social está associada ao exercício do método *case work* desenvolvido por Mary Richmond no início do século XX. A adopção deste método na construção do conhecimento em Serviço Social decorre de certos grupos e associações de assistentes sociais, que lutavam pelo reconhecimento do seu saber, pela construção de um código deontológico que orientasse a profissão e descrystalizasse os valores religiosos, construindo saberes e técnicas específicas, de modo a racionalizarem as suas acções, pressupondo um saber-ser e um saber-fazer, implicando uma racionalização e uma apreensão intuitiva dos problemas e de respostas a esses problemas. Nesta apropriação do conhecimento, o “terreno” surge como pivot fundamental da aprendizagem e exercício da técnica.

Este método era fundado nas teorias funcionalistas de cariz psicanalítico. Estas teorias conduziam, receitavam medidas para a acção do Serviço Social,

através de explicações de causa-efeito. O Serviço Social conduzia a sua acção a partir dessas “receitas” no estudo do problema, na construção do diagnóstico, na definição de objectivos de intervenção, incidindo no tratamento, no apoio e no acompanhamento. O Serviço Social adoptou esta “receita” para uma prática eficaz (cf. Howe, 1999: 93 e segs; cf. Garnier, 1999: 38-39). Com este método¹⁴, o Serviço Social desenvolvia uma acção que incidia sobretudo nas dimensões individuais dos problemas, adoptando técnicas de modificação do comportamento para regular e normalizar os indivíduos e grupos.

O método preservava também os princípios fundamentais de respeito pelo ser humano. Mas o exercício destes princípios baseava-se numa “micro-ética” porque, como refere Sposati (1992: 6), incidia a sua acção, não nos sujeitos colectivos mas nos sujeitos individuais. Neste contexto, o assistente social era o “reparador”, o que “consertava” as disfuncionalidades do modelo burguês socialmente instituído.

A evolução do conhecimento nas ciências sociais e humanas permitiu o conhecimento do comportamento dos grupos. Este conhecimento, aliado a um movimento desenvolvimentista “colonialista”, consubstanciado em medidas de política de desenvolvimento social, permitiu a introdução e o exercício de outros métodos de intervenção em Serviço Social, designadamente o *group work* e *community work*. Estas acções, como refere Faleiros (1997), visavam a participação dos grupos num projecto desenvolvimentista de crescimento económico e social para a resolução do problema do subdesenvolvimento local e global.

A acção do Serviço Social, aliada às orientações da política social e à aplicação de métodos e técnicas específicas, construiu, assim, um saber “instrumental e tecnicista”. Ao contrário da acção decorrida no campo anterior, onde a legitimidade advinha da sua própria condição de assistente social como “mãe universal”, neste espaço de acção, a sua legitimidade é fundada pela “sociedade mãe” e no “estado mãe” (cf. Garnier, 1999: 43 e segs).

No final da década de sessenta, este tipo de acções foi sujeita a críticas até aí nunca experimentadas. Os movimentos sociais contestam a prática reguladora da vida social, por universalizar as acções¹⁵ e não ter em atenção as necessidades de grupos culturalmente diferentes. Netto (1993: 95) caracteriza este tipo de conhecimento e de acção do Serviço Social como uma mistura mais

ou menos confusa de doutrinas recebidas e exercidas sem espírito crítico, que denomina de sincrético. O sincretismo «deixa na sombra a estrutura profunda daquela que é a categoria ontológica central da própria realidade, a totalidade» (ibidem).

O movimento das mulheres, dos jovens e de outros grupos socialmente excluídos, como os negros e os imigrantes, surgem como contracorrente deste tipo de Serviço Social, essencialmente regulador, normativo. É neste contexto que reemerge o Serviço Social crítico e emerge o Serviço Social radical e consciencializador, sobretudo e com maior expressão na América Latina, o qual deu início a um movimento de reconceptualização do Serviço Social. Na década de sessenta, como refere Fook (2003: 5), estes movimentos criticavam sobretudo os métodos adoptados pelo Serviço Social (*case work*) pela ênfase na individualização dos problemas, imputando os problemas ao próprio indivíduo, assim como o *community group*, com uma perspectiva desenvolvimentista e de desatenção à diversidade cultural dos grupos, não se constituindo ainda como alternativas efectivas e generalizadas à acção do Serviço Social.

III – Espaço de consolidação do conhecimento do Serviço Social: “acção pluralista e cumulativa”

O último espaço identificado como determinante no conhecimento em Serviço Social situa-se historicamente no período da década de setenta do século XX até à actualidade. Giddens (1997) caracteriza este espaço-tempo associando-o à modernidade tardia, que se consubstancia «na separação do tempo e do espaço», isto é, os quotidianos dos indivíduos não são previamente determinados, mas é o próprio indivíduo que é o actor da sua própria biografia; assim como se constrói a partir da «descontextualização das instituições sociais», onde se interrelacionam dois elementos fundamentais: «as garantias simbólicas» - o dinheiro - e os «sistemas periciais» - o conhecimento técnico. Existe ainda uma outra dimensão, referente à «reflexividade institucional», que implica uma abordagem das actividades sociais e materiais à luz de novas informações e novos conhecimentos (cf. Giddens, 1997: 14-19)

Neste espaço-tempo existe uma efectiva inter-conexão entre as decisões quotidianas e as consequências globais, assim como o seu reverso, a influência das ordens globais na vida quotidiana (cf. Giddens, 2000: 55). Desta inter-conexão e «tentativa de colonizar o futuro», maiores são as possibilidades de nos depararmos com surpresas» e, portanto, há mais propensão para o “risco social”.

Como diz Beck (2000), vivemos actualmente numa sociedade onde o risco social¹⁶ é uma constante. A sociedade, diz o autor, «está a modificar as suas formações de classe, de status, de ocupação, os papéis sexuais, a família nuclear, a indústria e os sectores empresariais, (...) assim como as formas do progresso tecnológico» (ibidem: 2). A noção de risco que surge neste contexto move-se em dois níveis. Um primeiro nível reporta-se ao cálculo, à simulação estatística do risco, o qual se transformou num sinal de sucesso para controlar o mundo. Um segundo nível reporta-se ao risco global das experiências quotidianas, cujos resultados estão em aberto, implicando a incerteza das decisões (cf. Giddens, 2000: 55-57).

Este cenário, como refere o autor (1997: 3), inscreve-se na modernidade tardia. Nela, o «*self*, tal como os contextos institucionais mais vastos, nos quais ele existe, tem de ser construído reflexivamente (...) no meio de uma confusa diversidade de opções e possibilidades», onde o “*self*” e a “sociedade” se interrelacionam globalmente (ibidem). É neste contexto analítico que Beck (2000) propõe uma categoria analítica da modernidade: a modernização reflexiva. Reflexiva não significa reflexividade, mas «auto-confrontação», decorrente da individualização operada na sociedade moderna e do processo de globalização. Perante “os riscos”, os indivíduos tendem a individualizar a sua acção, construindo “biografias reflexivas”.

Na modernidade tardia os percursos pessoais são radicalmente diferentes dos modelos únicos anteriores. Por exemplo, o grupo familiar tende a reorganizar-se em função dos projectos pessoais e profissionais. Os novos modelos familiares, como diz o autor, «não mantêm as pessoas unidas, quebram a união e multiplicam as questões, pois forçam cada homem e cada mulher a operar e a persistir como um agente e um desenhista individual da sua própria biografia» (ibidem: 16). Este desenvolvimento está associado à centralidade dos afectos e às alterações dos indicadores sócio-demográficos,

como por exemplo, o aumento da população mais idosa e a diminuição dos mais jovens. Na sociedade contemporânea, o indivíduo tem um papel fundamental, enquanto sujeito no centro da decisão, construindo um novo modo de vida.

O primeiro elemento deste espaço de consolidação do conhecimento do Serviço Social reporta-se à desconstrução do modelo de estado providência tipo fordista e à reconstrução de um novo modelo de protecção, assim como ao repensar do paradigma científico dominante e à “consolidação” dos direitos de cidadania de grupos sociais culturalmente diferentes. O estado providência está a ser repensado devido a uma série de alterações nos indicadores sociais, que levam a uma redefinição e redireccionação das políticas do estado providência. Esping-Andersen (1999: 278-279) considera que, desde a sua constituição, existiu sempre uma crise contínua dos estados providência¹⁷. O autor refere que o discurso da crise não é uniforme ao longo do tempo: até à década de 80 estava partidariado e dividido entre direita e esquerda, ligado a problemas endógenos ao próprio estado. Actualmente, assenta noutra natureza de problemas, que denomino de exógenos. Os choques exógenos estão associados à globalização e à desindustrialização acelerada, que levam ao desemprego e à exclusão social¹⁸.

É neste quadro de grandes mudanças societárias que se introduz a questão da crise do estado providência, associado à ideia dos direitos e deveres colectivos e se efectua o debate da responsabilização da sociedade civil, do mercado, do sector da economia social e do estado pelo bem-estar social. Esta desconstrução do estado providência possibilitou a constituição de outras formas de protecção, nas quais o estado, sendo o protagonista regulador, criador de normas, passou a ser secundário como gestor de serviços e prestador de cuidados, quer às crianças, jovens ou idosos, imputando essas responsabilidades ao mercado, à sociedade civil organizada e à família. É neste contexto que aparecem novos termos para designar o *antigo* estado providência, como *Welfare mix* na tradição anglo-saxónica ou de “*economia social*” na tradição francófona.

O segundo elemento constitutivo deste espaço de consolidação e pluralidade do conhecimento centra-se no repensar do paradigma científico dominante (o positivismo e a lógica cartesiana). Neste espaço/tempo, as ciências sociais foram construídas a partir da ideia de que o investigador, ao

contrário das ciências naturais, está presente no objecto de estudo, o objecto de estudo tem opinião, assim como existem diferentes formas de conhecer o social: diferentes culturas. Como refere Wallerstein (1996: 77), «as ciências sociais constituem um domínio em que não só o objecto de estudo engloba os próprios investigadores, como também as pessoas podem entrar em diálogo ou mesmo em competição com esses mesmo investigadores».

Foi neste contexto que, por exemplo, os «sociólogos abriram a caixa de Pandora, o laboratório, e esta exploração do mundo científico, tal como se apresenta, faz aparecer todo um conjunto de factos que colocam fortemente em causa a epistemologia científica de tipo logicista» (Bourdieu, 2004: 13). O laboratório permite exercitar a análise quantitativa e qualitativa em uníssono e explicar toda uma variedade de grupos esquecidos, como as mulheres, os grupos minoritários, assim como outros grupos historicamente definidos como marginais (cf. Wallerstein, 1996: 82). Deste modo, a universalidade da ciência foi posta em causa, porque não explicava a diversidade cultural.

O terceiro elemento constitutivo deste espaço decorre do anterior e refere-se à “consolidação dos direitos de cidadania” dos grupos culturalmente diferentes, como a questão do género, da sexualidade, da raça, da idade, da deficiência e do ambiente. Por exemplo, em relação às mulheres, nos anos 80, a investigação evoluiu permitindo a focalização do género enquanto estrutura do social e pelo reconhecimento de que o género está ligado a outras matrizes de desigualdade. Nestes últimos trinta anos tem-se assistido a mudanças significativas em relação à condição da mulher. Um dos indicadores mais importantes é a feminização da mão-de-obra. As mulheres penetraram em todos os sectores da vida económica e social e no sector de produção. Contudo, se compararmos a sua situação laboral com a dos homens, verificamos que são elas as que têm piores condições de trabalho, concentrando-se em sectores em crise, como os têxteis e a agricultura¹⁹.

Em síntese, podemos dizer que este espaço/tempo de conhecimento e de acção do Serviço Social permitiu a consolidação do seu saber enquanto acção pluralista e tendencialmente cumulativa. A cumulatividade decorre da construção do objecto de acção do Serviço Social e a pluralidade da perspectiva teórica para o analisar. O campo de conhecimento e de acção do Serviço Social remete, desde a sua institucionalização, para as questões da desigualdade social dos

grupos que compõem a sociedade. As sociedades são construídas com base na diferenciação social dos grupos e organizações. O objecto do Serviço Social reporta-se aos problemas associados a indivíduos, que têm em comum o estarem frequentemente numa posição de desigualdade, quer por questões individuais ou societais.

Por exemplo, se tomarmos em conta as reflexões de Weissaupt (1988: 70-77), o autor entende o Serviço Social como uma disciplina das ciências sociais que tem um objecto da prática (teoria/acção) e um objecto institucional. O autor identifica o objecto da prática como as «falhas da institucionalização das relações sociais» (problemas sociais) e o objecto institucional «aquilo sobre o qual poderá reivindicar o monopólio profissional, será algo como o estabelecimento da cidadania efectiva da população»²⁰. Deste modo, o objecto da intervenção do Serviço Social constituiu-se como o potencial de cidadania, entendido como participação do indivíduo e dos grupos enquanto membros de pleno direito na sociedade. É, então, essa realidade objectivada, da cidadania social, que poderemos reivindicar como objecto de conhecimento e de acção do Serviço Social.

O Serviço Social como disciplina científica pode ser considerado um campo de estudo no âmbito das ciências sociais, identificando algumas particularidades que a distinguem de outras ciências sociais. Esta especificidade decorre da inscrição da sua acção em organizações sociais públicas. Estas organizações «constituem-se como campo privilegiado e determinante (...) do agir profissional (...). Constituindo-se como espaço privilegiado de ancoragem da possibilidade de mudança do agir e das representações a ele articuladas» (Andrade, 2001: 224). Para a autora, «o agir do assistente social é sujeito a contingências porque se inscreve no mundo dos sujeitos e dos sistemas» (ibidem). Esta contingência traduz-se em possibilidades e limitações da acção. Enquanto acção privilegiada, permite «analisar o modo de vida dos sujeitos, as suas práticas e representações», como acção limitada, inscreve a sua acção na «racionalização das organizações, enquanto formas de objectivação da racionalidade cognitiva e instrumental vinculadas pelas políticas sociais» (ibidem). O campo do conhecimento e de acção do Serviço Social é construído nesta relação contraditória entre o “querer” (acção) e o “poder” (estrutura), entre o “necessário” (a demanda/necessidade) e o “possível” (norma), entre o básico e

o mínimo. É nesta relação de desigualdade que o Serviço Social se move e se constrói.

Deste modo, o Serviço Social enquanto disciplina científica tem como objectivo estudar e agir no sentido de diminuir as condições de desigualdade de um grupo social em relação a outro, efectivando a justiça social e a autodeterminação dos grupos culturalmente diferentes, no intuito de efectivizar a cidadania. A cidadania «pode ser descrita como participação numa comunidade ou como a qualidade de membro dela» (Barbalet, 1989: 12). Segundo a perspectiva de Marshall (citado por Barbalet, 1989: 17-29), a cidadania não decorre da classe social dos indivíduos, mas implica um “status”. Esta noção refere-se à pertença a uma determinada sociedade e à “obrigatoriedade” de participar nela, gozando de igualdade no que respeita aos direitos e deveres que lhes estão associados (cívicos, políticos e sociais).

Como temos vindo a demonstrar, o Serviço Social tem como objecto da acção a cidadania, e como objectivo intervir na realidade social, melhorando as condições de vida dos indivíduos e grupos, capacitando-os para a mudança social, de modo a aumentar o seu bem-estar social, tendo como base uma ética inscrita nos valores e nos direitos humanos, respeitando as diferenças, exercitando práticas sociais não opressivas e emancipadoras, potenciadoras da participação social.

O Serviço Social constituiu-se como campo de análise e de acção interdisciplinar, entre o social, o político, o económico e o cultural. Utiliza métodos e técnicas multidisciplinares, permitindo-lhe analisar a acção social e actuar sobre ela, modificando as condições de desigualdade. Quer isto dizer que o Serviço Social se socorre de áreas científicas relevantes para a compreensão das questões e dos problemas e integra os diversos contributos científicos das várias ciências no contexto de uma realidade social complexa e coerente. Para atingir este objectivo, deve exercitar uma prática social de associação entre teoria e prática e não de dissociação (cf. Costa, 1988).

Deste modo, o Serviço Social pode ser entendido como um campo de conhecimento, no qual decorre «uma prática social que se desenrola na sociedade, com uma autonomia relativa de critérios, uma competência especialista ou técnica e, simultaneamente, uma responsabilidade social» (Carvalho et. al. 1996). Quer dizer que o Serviço Social se exerce nas condições

de desigualdade de determinada sociedade, decorrente dos contextos sociais e dos problemas sociais identificados ou potenciais. Nesta acção, a sua autonomia é relativa, estando associada às organizações sociais e à construção da acção política. A sua acção deve remeter para uma competência cognitiva, analítica, operativa, relacional e comunicativa, pautando-se por padrões éticos e deontológicos, auto-confrontando-se continuamente e reflexivamente.

No conhecimento e acção do Serviço Social, incluem-se várias perspectivas teóricas de análise das questões sociais, políticas e culturais, associadas à pluralidade teórica, onde se inscreve uma perspectiva emancipadora associada ao Serviço Social radical, crítico e consciencializador, e uma perspectiva reguladora de normalização social, inscrita em práticas de planeamento, como por exemplo, no procedimento teórico metodológico: *ex ante* (diagnóstico) *on going* (planeamento e execução da acção) e *ex post* (avaliação) (cf. Payne, 1998).

A perspectiva reguladora incide na mudança do comportamento dos indivíduos, exercitando práticas de inclusão sob a linha de orientação da política existente. Estas políticas visam uma contratualização entre o indivíduo e a sociedade, imputando ao próprio a inserção na sociedade a partir, na maior parte das vezes, da inclusão numa única esfera, o trabalho. A prática do Serviço Social adopta métodos e técnicas que possibilitam o tratamento e a reinserção dos indivíduos. Identificam-se neste contexto perspectivas que despolitizam os problemas numa lógica de planeamento e tratamento. Esta perspectiva defende também uma certa especialização das funções do assistente social, o aprofundamento do conhecimento, focando o objecto do conhecimento e da acção no “assunto” ou problema a resolver, relacionando-o com o contexto social mais vasto, mas incidindo sobretudo em categorias explicativas das práticas e representações dos indivíduos.

A perspectiva emancipadora direcciona a sua acção para a mudança da estrutura social, proporcionando modificações nas normas e regras que organizam a vida social. Pressupõe um conhecimento pluralista e defende que os conhecimentos devem ser «polivalentes, pluralistas e, até certo ponto, sincréticos, uma vez que o tecido societário contemporâneo é feito de fragmentação e de uma demanda do nosso utente que é igualmente multidimensional» (Carvalho, 2001: 348). O campo de acção do Serviço Social

reporta-se ao quotidiano dos indivíduos, grupos excluídos e organizações. Os quotidianos dos indivíduos são heterogêneos, complexos e multidimensionais, implicando, não só um conhecimento aprofundado sobre os “assunto” “problema” dos grupos, mas também a inscrição desses mesmos problemas num contexto social mais amplo de desigualdade decorrente da sociedade global. No exercício das práticas emancipatórias identificamos as correntes teóricas da pluralidade cumulativa, onde destacamos para análise neste ensaio: o Serviço Social crítico, o Serviço Social radical e o Serviço Social consciencializador.

O Serviço Social crítico consolida-se neste contexto como alternativa ao Serviço Social instituído. O Serviço Social crítico defende que só a intervenção na estrutura social, modificando-a, possibilita a adopção de condições adequadas às necessidades dos grupos sociais, assumindo por exemplo que homens e mulheres têm diferentes necessidades, sendo importante a construção de legislação promotora da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego. O serviço social crítico é uma corrente muito importante no serviço social, associada a uma perspectiva feminista ou a estudos das mulheres, defendida em autores como Healy (2001), Fook (2003) e Dominelli (2004).

O Serviço Social radical propõe uma acção, não sobre os problemas do indivíduos, mas incidindo na estrutura social, modificando-a para dar resposta aos problemas multidimensionais, introduzindo novos conceitos na acção do Serviço Social. Disso é exemplo o contributo de Maurice Maureau, no Canadá. Este autor insere-se na corrente do estruturalismo radical que defende «que o mundo social é igual ao mundo natural e, como tal, um lugar real e concreto. Os acontecimentos sociais são determinados, especialmente pela organização económica da sociedade» (Howe, 1999: 209). Os acontecimentos sociais decorrem dos efeitos perversos do capitalismo, resultantes do conflito de interesses, de poder e de recursos. Por isso, só através do “empowerment” os indivíduos conseguem superar as dificuldades.

Uma outra vertente do movimento radical são os consciencializadores. Este movimento, no qual se inscreve Paulo Freire, defende uma mescla de humanismo e política. Muitas das acções do Serviço Social, por exemplo, na América Latina, exercitam esta prática consciencializadora. Esta corrente entende que «os problemas que as pessoas experimentam, tais como

psicológicos, sociais e económicos, só podem ser compreendidos em relação ao carácter desumano da sociedade moderna» (Howe, 1999: 183). Os indivíduos que vivem em condições de desigualdade são seres alienados, por isso devem tomar consciência da sua posição de desigualdade. O indivíduo tem de efectuar um processo de reflexão crítica (introspecção e racionalidade) que lhe permita ter “uma visão do mundo”, isto é, da sua posição no contexto da desigualdade global (cf. Freire, 1975). Este movimento identifica as causas políticas dos problemas, analisando os obstáculos pessoais num determinado contexto político, chegando a um nível de consciência que lhe permite pensar e, conseqüentemente, consciencializar-se para a acção e controlo dessa acção.

As duas perspectivas, apesar de serem antagónicas teoricamente, pois posicionam o objecto em campos diferentes, não se anulam entre si. No contexto deste ensaio não é possível aprofundá-las, sendo certo que entre as duas perspectivas, reguladora e emancipatória, existem outros níveis teóricos de análise.

Para concluir....desafiando novos ensaios

As diferentes abordagens teóricas/práticas problematizadas neste ensaio permitem contrariar a ideia “generalizada” de que o Serviço Social é um domínio essencialmente da “acção” ou da intervenção social com indivíduos ou grupos, geralmente identificados com a “exclusão social”. Nesta linha de pensamento, que associa os problemas sociais ao próprio indivíduo, o Serviço Social é remetido para uma profissão conservadora que serve os interesses dos grupos dominantes, sendo por vezes «um joguete do poder», associado a um certo pragmatismo/imediatismo na resolução das questões, de uma forma rápida, sem reflectir, “porque tem de ser feito assim”, sem atender a que “implicações é que essas acções têm para a vida das pessoas” (cf. Negreiros, 1995; Fook, 2003).

Hoje, a ideia que temos do Serviço Social está a ser modificada por razões que denomino de endógenas e exógenas ao próprio Serviço Social. As razões de ordem exógena prendem-se com o entendimento das questões sociais como um fenómeno global. A exclusão social não se encontra unicamente associada a grupos em contextos de privação de recursos, mas estende-se a todos os grupos que compõem a sociedade. Existem outras razões exógenas que se prendem com os decisores políticos, os “*policy makers*”. Estes

criticam a acção dos assistentes sociais por não conseguirem “controlar” as populações e grupos com comportamentos desviantes. Também os clientes reclamam das dimensões opressivas das práticas. Aliada a estes aspectos, inclui-se a introdução de profissionais de outras áreas no campo de intervenção do Serviço Social e a tentativa de racionalizar eficientemente e eficazmente a acção social traduzida em números (cf. Dominelli, 2004).

As razões de ordem endógena estão associadas ao próprio Serviço Social e, segundo a autora, prendem-se com a incapacidade de intervenção em contextos complexos, aliado ao número elevado de casos sociais. A investigação em Serviço Social tem dificuldade em contribuir com novas abordagens da prática através da teorização num ambiente exigente e globalizante (ibidem).

Para agir na realidade social é necessário conhecer e reconstruir o conhecimento sistematicamente, permitindo avançar com novas premissas e construções teóricas e práticas. Parece, neste contexto, que a acção/conhecimento do Serviço Social está ligada à perspectiva interaccionista e colectivista e aos conhecimentos decorrentes da experiência. Mas também existem outros registos igualmente importantes. Por exemplo, a teoria da praxis de Bourdieu contribuiu para a compreensão do modo como, na acção social, se alia a acção dos indivíduos, o seu capital, ao *Habitus*, isto é, às predisposições inatas e adquiridas pelos indivíduos através da socialização, existindo uma interpelação entre ambos. Num outro registo teórico, mas igualmente importante, Giddens (1997; 2000) avança também contributos para essa articulação, propondo uma inter-conexão social entre a acção, o pensamento e a normas inerentes à estrutura.

Como já referimos, o Serviço Social não surgiu para produzir conhecimento, tal como a sociologia, a economia, a política, entre outras ciências, mas para agir na realidade, modificando as condições de desigualdade. Esta realidade foi construída socialmente, incidindo sobretudo na acção ou intervenção junto de grupos socialmente discriminados ou em posição de desigualdade em relação a outros grupos. Significa que foi construído a partir de pontos de vista comuns da realidade, através da partilha do nosso conhecimento e de vários processos sociais que a organizam e a tornam objectiva. Este conhecimento leva à institucionalização de convencionalismos

quando um grande número de pessoas partilha os mesmos critérios sobre um determinado aspecto dessa realidade. Quando estes critérios se convertem em legítimos, em virtude de um processo de aglutinação daqueles significados, transformam estas ideias sobre a realidade num sistema organizado e plausível. Deste modo, o critério social torna-se produto do critério humano (cf. Payne, 1995). Significa que existe um tronco comum do conhecimento e da acção do Serviço Social que lhe dá especificidade.

Actualmente, o Serviço Social «homogeneizou os procedimentos burocráticos, administrativos, realizados institucionalmente, mas à ineliminável heterogeneidade das situações, o profissional só pode elidir pela abstracção» (Netto, 1993: 94). Para efectuar este procedimento analítico, Dominelli (2004) propõe uma acção que possibilite intervir no nível micro (relações interpessoais), meso (local) e macro (global). Para efectuar esses procedimentos é necessário lidar com as incertezas e ambiguidades da profissão pela auto-confrontação, inscrever os direitos humanos, de cidadania e de justiça social, actuar com as complexidades e subtilezas do poder institucional, e, em vez de reconhecer as diferenças dos utentes, valorizar as suas capacidades de saber e criatividade, de modo a compreender também as repercussões das suas acções emocionais e intelectuais na sua vida. Só deste modo é possível consolidar uma teoria da prática, associando-a à competência teórica e analítica de abstracção dos problemas, inscrevendo-os num contexto social global e, nessa construção, parafraseando novamente Bourdieu (2004), aliar as competências teóricas, analíticas a colectivos científicos.

«A solução para o problema (...) não pode ser encontrada, a não ser por milagre, num e por um só homem e reside, sem dúvida na construção de colectivos científicos - o que implicaria que estivessem preenchidas as condições para que os investigadores e os analistas tivessem interesse em trabalhar juntos e arranjassem tempo para o fazer» (Bourdieu, 2004: 17) .

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALCOCK, Peter (2003). The Subject of Social Policy. in ALCOCK Peter, Angus Erskine and May (Ed.). *The Student's Companion to Social Policy*. London: Blackwell.

- AMÂNCIO, Lígia (1998). Sexismo e Racismo. Separata do Livro – *Nós e os Outros: a Exclusão em Portugal e na Europa*. Porto: SPAE.
- ANDRADE, Marília (2001). Campo de Intervenção do Serviço Social, Antinomias e Heteronomias do Agir. In *Intervenção Social*, nº 23/24. ISSS: Dep. Editorial.
- BARBALET, J.M. (1989). *A Cidadania*. Lisboa: Ed. Estampa.
- BECK, Ulrich (2000). A Reinvenção da Política – Rumo a uma Teoria da Modernização Reflexiva. in *Modernização Reflexiva*. Oeiras: Celta Editora. pp. 1-51.
- BESSON, Christiane; GUAY, Jérôme (2000). *Profession Travailleur social: Savoir Évaluer, Oser s'impliquer*, Europe. Paris : Gaetan Morin Ed.
- BOURDIEU, Pierre (2004). *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Ed. 70.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant (2001). Acção Social e os Saberes. In *Intervenção Social*, nº 23/24, Lisboa: ISSS, pp. 339-349.
- CARVALHO, Maria Irene; et. al (1996). A Actuação do Assistente Social Promotora de Cidadania na Transição Pós-moderna. in *Intervenção Social*, nº 13/14, Lisboa: ISSS.
- CICCHELLI-PUGEAULT, Catherine; CICCHELLI Vincenzo (1998). *Les Théories Sociologiques de la Famille*. Paris: Éditions la Découverte & Syros.
- CONDE, Idalina (1998). Contextos, Culturas, Identidades. In José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.). *Portugal que Modernidade?*. Oeiras: Celta Editora. pp. 79-117.
- COSTA, António Firmino da (1988). Cultura Profissional dos Sociólogos. In *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 5, pp.107-124.
- DOMINELLI, Lena (2004). *Social Work, Theory And Practice for a Changing Profession*. Cambridge: Polity Press.
- DUVIGNAUD, Jean (1995). *A solidariedade*. Lisboa : Instituto Piaget.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1999). *Les Trois Mondes de L'état Providence*. Paris. Presses Universitaire de France. Tradução em francês do livro. *The Three Worlds of Welfare Capitalism (1990)*. Cambridge: Polity Press.
- FALEIROS, Vicente P. (1997). *Estratégias em Serviço Social*. SP. Ed. Cortez..
- FOOK, Jan (2003). *Social Work, Critical Theory and Practice*. Reprinted, London: Sage Publications.
- FREIRE, Paulo (1975). *A Pedagogia do Oprimido*. Porto: Ed. Afrontamento.
- GARNIER, Jean François (1999). *Assistante Social: pour la Redéfinition d'un Metier*. Paris : L'Harmattan.
- GIDDENS, Anthony (2000). Viver numa Sociedade pós-tradicional. In *Modernização Reflexiva*. Oeiras: Celta Editora. pp. 53-104.
- GIDDENS, Anthony (1997). *Modernidade e Identidade pessoal*. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora.
- GUERRA, Isabel (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção: o Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais : Principia.
- GIDDENS, Anthony (2004). *Sociologia*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkin.
- HEALY, K. (2001). *Trabajo social: perspectivas contemporáneas*. Madrid: Ediciones Morata e Fundación Paideia.
- HOWE, David (1999). *Dando Sentido a la Prática – Una Introducción a la Teoría del Trabajo Social*. Granada: Ed. Maristan.
- IAMAMOTO, Marilda V. (2001). *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação*. S. Paulo: Cortez ed.
- MARX, Karl e FRIEDRICH, Engels (1997). *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante (original publicado em 1848).
- MISHRA, Ramesh. (2000). *O Estado Providência na Sociedade Capitalista*. Oeiras: Celta Editora.
- MOZZICAFREDDO, J. (2000). *Estado Providência e Cidadania em Portugal*. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora.
- NEGREIROS, Augusta G. (1995). *As Representações Sociais da Profissão de Serviço Social*. Lisboa: ISSS Dep. Ed.
- NETTO, J. Paulo (1993). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. Ed. revista e ampliada, S. Paulo, Cortez.

- PAYNE, Malcolm (1998). Social Work theories and Reflexive Practice. In Roberta Adams, Lena Dominelli e Malcom Payne (Edit) *Social Work- Themes, Issues and Critical Debates*, London: Macmillan.
- PAYNE, Malcolm (1995). *Teorias Contemporâneas del Trabajo Social*. 1ª Edição, Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S. A. Cap. I e II.
- RERUM NOVARUM publicada pelo papa Leão XIII, em 1891.
- SCOTT, Joan W. (1991). A mulher Trabalhadora. In George Duby e Michelle Perrot (orgs). *História das Mulheres*. Vol. 4. Porto: Afrontamento. Versão portuguesa. 1994. pp. 443-475.
- SPOSATI, Aldaíza (1992). Serviço Social em tempos de Democracia. In *Serviço Social e Sociedade*, nº 31, pp. 5-29.
- VAN DEN HOVEN, Rudy (2000). *Teorias de Intervenção Social*. in Fernanda Rodrigues (coord), *Poor People*, Frankfurt: Peter Lang (no prelo).
- WALLERSTEIN, Immanuel (1996). *Para Abrir as Ciências Sociais: Relatório da Comissão Gulbenkian Sobre a Reestruturação das Ciências Sociais*. Mem-Martins: Publicações Europa América.
- WEISSHAUPT, Jean Robert (1988). *As Funções Sócio-institucionais do Serviço Social* S. Paulo: Cortez Ed.

Notas bibliográficas

¹ Por “sentido clássico do termo” entende-se «a visão oficial da ciência» inscrita numa lógica do conhecimento dos investigadores e das instituições científicas – o paradigma dominante, isto é, «um estado de realização científica que é aceite por uma fracção importante dos cientistas e que tende a impor-se a todos os outros» (Bourdieu, 2004: 29). Neste paradigma dominante, como refere o autor, as regras do método científico, tal como explicitadas pela lógica, não correspondem à realidade das práticas.

² A perspectiva marxista analisa a exploração da classe operária pela burguesia, considerando que uma classe não se pode subjugar à outra, sendo necessária uma luta de classes e um governo do povo (manifesto do partido comunista escrito por Marx e publicado em 1848).

³ A igreja católica toma também posição face à questão social defendendo a *necessidade de harmonia entre o capital e o trabalho* (*Rerum Novarum*, 1891).

⁴ COS _ Charity Organization Society _ instituídas em 1869 para coordenar os esforços das diversas organizações de caridade (cf. Alcock, 2003).

⁵ Devem-se a Tocqueville, Weber, Durkheim, Simmel, Marx e Le Play os primeiros posicionamentos teóricos sobre as questões sociais. Apesar das abordagens serem substancialmente diferentes enquadram-se na perspectiva de que a sociedade determina a condição social do indivíduo. Era necessário mudar os indivíduos para que se incluíssem na sociedade.

⁶ Um desses trabalhos, citado por Cicchelli-Pugeault (1998: 11), era de um médico Francês, Villermé, que estudou «as classes operárias através de uma grelha para avaliar o estado moral e psíquico dos operários nas manufacturas do algodão, revelando que para os operários saírem da sua condição de pobreza, era necessário que ambos os cônjuges trabalhassem, que os filhos se reduzissem a dois e que os pais fossem exemplos de vida».

⁷ Na Europa, a primeira escola de Serviço Social foi instituída na Holanda em 1899.

⁸ A mulher foi sempre vista como alguém sem direitos, uma aberração da natureza numa sociedade masculina. Só a partir do séc. XIX com conhecimento mais aprofundado da dimensão corpo – natureza – para a maternidade – criação, é que passou a ser tomada em consideração. No entanto, só a sua existência não era suficiente, tendo sido defendido que a mulher necessitava de formação para desempenhar determinadas tarefas, nomeadamente para a criação do género humano – o homem.

¹⁰ Na obra “*História das mulheres*”, Scott (Cf. 1991: 443) demonstra que foi a partir do Séc XIX que a mulher trabalhadora começou a ser alvo de uma atenção até aí nunca vista. Ela começou a ser observada, descrita, documentada, devido à conveniência, moralidade e até à legalidade das suas actividades assalariadas «as mulheres tornaram-se num produto da revolução industrial, não tanto porque a

mecanização tenha criado para ela postos de trabalho, onde antes não existiam, mas porque se tornou uma figura perturbadora e visível».

¹¹ “ A acção do Serviço Social ” é aqui utilizada para definir a acção voluntária de cariz religioso.

¹² Traduzido pela autora

¹³ Para Giddens (1997: 14), a modernidade é composta por quatro dimensões fundamentais: o industrialismo, o capitalismo, as instituições de vigilância e o Estado nação.

¹⁴ Garnier (1999) considera que o exercício deste método no Serviço Social possibilitou a introdução da metodologia de supervisão no Serviço Social, enfatizando a competência e permitindo-lhe garantir uma certa uniformidade, individualidade e especificidade do saber a partir do exercício de uma técnica.

¹⁵ Os problemas eram analisados a partir de modelos, que se pensava serem modelos organizadores da vida social, como por exemplo a família nuclear, heterossexual, organizada na base do sexo masculino (*breadwinner*) e a mãe dona de casa, assim como a idade, onde os elementos mais velhos da família determinavam as normas e os princípios a seguir. Por exemplo, a nível familiar, todos os comportamentos que não estivessem de acordo com este modelo eram “disfuncionais”. Essas disfuncionalidades eram também associadas, não à falta de recursos, mas a comportamentos perturbados.

¹⁶ O autor utiliza o conceito de sociedade de risco para explicar como certos aspectos da sociedade industrial se tornam social e politicamente problemáticos, porque já não conseguimos “controlar” o futuro. Isto é, as certezas da sociedade industrial tornam-se incertezas na sociedade moderna, porque o seu quadro de pensamento é o da sociedade industrial.

¹⁷ Esping-Andersen situa-se na década de cinquenta para explicar a crise do estado providência. Neste contexto, o mesmo era criticado por ser um entrave ao progresso e ao conhecimento. Na década seguinte, o estado providência foi atacado por não gerar suficiente igualdade, tendo sido melhoradas as vantagens sociais, tentando reduzir a pobreza e desigualdade. Nos décadas seguintes, de setenta e oitenta, continuava-se a falar da crise, a qual era imputada aos valores pós- materialistas.

¹⁸ Aliado a estes aspectos identificados anteriormente estão os indicadores sociais, que revelam a baixa fecundidade e o aumento do número médio de esperança de vida, tornando-se as sociedades modernas substancialmente envelhecidas. A população envelhecida, porque mais sujeita a dependências e a custos sociais, em transferências monetárias, como a prestação de serviços, ameaça a capacidade financeira do Estado providência, que se vê progressivamente destituído de contribuintes e com mais beneficiários.

¹⁹ A situação das mulheres em relação à escolaridade tem aumentado exponencialmente nos últimos trinta anos, pensando-se ser este um dos factores determinantes para uma política de mudança das matrizes de desigualdade inscrita na sociedade contemporânea, assim como dos grupos culturalmente diferentes.

²⁰ O autor dá o exemplo da medicina: se o objecto da prática médica é a doença, o objecto institucional é a saúde, isto é a promoção da saúde. Quer dizer que quando o médico está a tratar a doença (deve estar) a promover e a efectivar a saúde.